

Nome:

Documento de identidade:

Inscrição:

Local de prova:

Sala:

Sequência:

# CONSELHO REGIONAL DOS CORRETORES DE IMÓVEIS – 11.<sup>a</sup> REGIÃO

CONCURSO PÚBLICO  
NÍVEL SUPERIOR

CARGO **102:**

**PAS - CONTADOR**

**Provas Objetivas e Discursiva**

## INSTRUÇÕES

- Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas.
- Verifique atentamente se este caderno de provas corresponde ao cargo de sua inscrição e se contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada uma, correspondentes às provas objetivas, e duas questões discursivas correspondentes à prova discursiva, acompanhada de espaços para rascunho, de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao chefe de sala que tome as medidas cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.

*Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:*

**“Tão boa é a sabedoria como a herança”**

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização das provas. Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à entrega do material, à identificação – que será feita no decorrer das provas – e ao preenchimento da **folha de respostas** e à transcrição dos textos da prova discursiva para as respectivas **folhas de texto definitivo**.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta.
- É proibido fazer anotações de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio que não os permitidos.
- Somente após decorrida **1 (uma) hora** do início das provas, você poderá entregar sua **folha de respostas**, suas **folhas de texto definitivo** e este **caderno de provas** e retirar-se da sala.
- Você só poderá levar este caderno de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** do tempo destinado à realização das provas.
- Não se comunique com outros candidatos e nem se levante sem a autorização do chefe de sala.
- Ao terminar as provas, chame o chefe de sala, devolva-lhe sua **folha de respostas** e suas **folhas de texto definitivo** devidamente assinadas e deixe o local de provas.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente **caderno**, na **folha de respostas** ou nas **folhas de texto definitivo** poderá implicar a anulação das suas provas.

- Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Mais informações: contato@institutoibest.com.br | Canal Telegram: @institutoibest



**QUESTÃO 5**

O verbo “digam” (linha 19) está flexionado na terceira pessoa do plural porque seu sujeito é

- (A) “os milhões de habitantes que o Brasil tem hoje” (linhas 14 e 15).
- (B) “As línguas naturais” (linha 17).
- (C) composto pelos termos “indivíduos” (linha 18) e “participantes” (linha 19).
- (D) classificado como indeterminado.
- (E) “os quinhentos mil visitantes anuais do Museu da Língua Portuguesa” (linhas 19 - 21).

**QUESTÃO 6**

A oração introduzida pelo termo “Quando” (linha 25) transmite ideia de

- (A) condição.
- (B) causa.
- (C) tempo.
- (D) comparação.
- (E) consequência.

**QUESTÃO 7**

Sem prejuízo dos sentidos e da correção gramatical do texto, o vocábulo “que” (linha 30) poderia ser substituído por

- (A) nas quais.
- (B) a qual.
- (C) na qual.
- (D) as quais.
- (E) à qual.

**QUESTÃO 8**

Entende-se do último parágrafo do texto que as boas gramáticas têm o objetivo de

- (A) educar todo tipo de falante, independentemente de sua capacidade de ler e escrever.
- (B) armazenar na mente dos falantes o conhecimento linguístico.
- (C) mostrar o conhecimento linguístico já internalizado pelos falantes.
- (D) transformar analfabetos em pessoas letradas.
- (E) fornecer as regras gramaticais que definem o padrão correto da língua.

**QUESTÃO 9**

Assinale a alternativa que apresenta uma reescrita gramaticalmente correta para o primeiro período do texto, sem alteração do seu sentido original.

- (A) Fazem mais de quinhentos anos que a língua portuguesa foi trazida ao Brasil.
- (B) Mais de quinhentos anos atrás, foi trazida ao Brasil a língua portuguesa.
- (C) Passou mais de quinhentos anos desde que a língua portuguesa foi trazida no Brasil.
- (D) Tem mais de quinhentos anos que trouxeram a língua portuguesa ao Brasil.
- (E) Decorreram-se mais de quinhentos anos até trazerem a língua portuguesa no Brasil.

**QUESTÃO 10**

Seria coerente com as ideias do texto iniciar o penúltimo parágrafo da seguinte maneira:

- (A) Entretanto, para começo de conversa, ...
- (B) Portanto, para começo de conversa, ...
- (C) Ademais, para começo de conversa, ...
- (D) Então, para começo de conversa, ...
- (E) Por isso, para começo de conversa, ...

**QUESTÃO 11**

No texto, a palavra “fruição” (linha 54) significa o mesmo que

- (A) relevância.
- (B) esmero.
- (C) sucesso.
- (D) desfrute.
- (E) acuidade.

**QUESTÃO 12**

Para obtenção da clareza nas comunicações oficiais, o Manual de Redação da Presidência da República recomenda

- (A) utilizar palavras e expressões em seu sentido comum, ainda que se trate de assunto técnico.
- (B) explicitar o significado de uma sigla sempre que ela for empregada.
- (C) utilizar neologismos com moderação.
- (D) nunca utilizar palavras e expressões em outro idioma.
- (E) usar frases curtas e bem estruturadas.

**QUESTÃO 13**

Bento decidiu preparar uma salada de frutas para o café da manhã. Para isso, ele tem 7 frutas diferentes à disposição e pretende escolher 4 delas para montar a salada.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o número de maneiras diferentes pelas quais Bento pode fazer essa escolha.

- (A) 35
- (B) 70
- (C) 210
- (D) 840
- (E) 1.680

**QUESTÃO 14**

Durante uma pesquisa feita com os visitantes de um parque de diversões, 800 pessoas foram entrevistadas sobre as duas atrações mais procuradas: a casa assombrada e a montanha-russa. Verificou-se que 520 pessoas foram na montanha-russa, 430 foram na casa assombrada, e 150 não foram em nenhuma das duas.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o número de pessoas que foram em ambas as atrações.

- (A) 170
- (B) 200
- (C) 250
- (D) 280
- (E) 300

**QUESTÃO 15**

Em um salão de bingo, serão sorteados números inteiros de 1 a 90, todos com a mesma probabilidade de serem escolhidos.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a probabilidade de que o primeiro número sorteado seja maior do que 18.

- (A) 70%
- (B) 75%
- (C) 80%
- (D) 85%
- (E) 90%

**QUESTÃO 16**

Admitindo que a proposição “Ana é advogada e Beatriz não é barista” é verdadeira, assinale a alternativa que apresenta uma proposição falsa.

- (A) Ana é advogada ou Beatriz é barista.
- (B) Ana é advogada ou Beatriz não é barista.
- (C) Se Beatriz é barista, então Ana não é advogada.
- (D) Se Ana é advogada, então Beatriz é barista.
- (E) Se Ana não é advogada, então Beatriz é barista.

**QUESTÃO 17**

Bolas de canhão foram empilhadas em forma de pirâmide, de modo que cada camada tinha um número de bolas igual ao quadrado do número da camada, contando de cima para baixo.

Sabendo que foram usadas exatamente 91 bolas, assinale a alternativa que apresenta corretamente o número de camadas dessa pirâmide.

- (A) 4
- (B) 5
- (C) 6
- (D) 7
- (E) 8

**QUESTÃO 18**

Juliana resolveu seu cubo mágico três vezes em um mesmo dia. Ela anotou que, na primeira tentativa, precisou de 48 movimentos, e na segunda, de 42 movimentos. Ao final das três tentativas, percebeu que fez, em média, 44 movimentos por tentativa.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o número de movimentos feitos por Juliana na terceira tentativa.

- (A) 40
- (B) 42
- (C) 44
- (D) 46
- (E) 48

**RASCUNHO**

**QUESTÃO 19**

O Windows 10 é um sistema operacional amplamente utilizado em ambientes domésticos e corporativos, oferecendo recursos voltados à produtividade, segurança e conectividade. Assinale a alternativa correta em relação aos recursos e funcionalidades desse sistema.

- (A) O Windows 10 não possui suporte a múltiplas áreas de trabalho, sendo necessário usar *softwares* de terceiros para essa função.
- (B) O recurso "Windows Defender" está disponível apenas nas versões Enterprise e não oferece proteção contra ameaças em tempo real.
- (C) O Windows 10 permite criar várias áreas de trabalho virtuais para organizar janelas e tarefas diferentes.
- (D) O Windows 10 não possui loja de aplicativos integrada; todos os *softwares* devem ser instalados manualmente via arquivos executáveis (.exe).
- (E) O recurso de "Assistência Rápida" permite a recuperação automática de arquivos apagados da Lixeira após 30 dias.

**QUESTÃO 20**

Em uma planilha do Excel 2019, a célula A1 contém o número 10, a célula A2 contém o número 25 e a célula A3 o número 40. Caso o usuário digite na célula A4 a fórmula =SOMA(A1;A3), o resultado exibido na célula A4 será

- (A) 10.
- (B) 25.
- (C) 35.
- (D) 50.
- (E) 75.

**QUESTÃO 21**

A computação na nuvem tornou-se uma solução amplamente adotada por indivíduos e organizações para o armazenamento de dados, execução de aplicativos e acesso remoto a recursos computacionais. No que diz respeito a esse modelo de tecnologia, assinale a alternativa correta.

- (A) Computação na nuvem é um modelo que exige a instalação física de servidores em cada computador do usuário final.
- (B) A computação na nuvem permite acessar recursos como armazenamento, processamento e aplicativos via internet, sem necessidade de infraestrutura local complexa.
- (C) O modelo de computação em nuvem impede o acesso remoto a dados e sistemas, funcionando apenas em redes locais.
- (D) Apenas empresas de grande porte podem utilizar computação na nuvem, devido ao seu alto custo e complexidade.
- (E) A computação na nuvem permite acesso a arquivos e programas exclusivamente por meio de dispositivos móveis.

**QUESTÃO 22**

*Malware* é um termo usado para descrever *softwares* maliciosos projetados para danificar, explorar ou obter acesso não autorizado a sistemas de computador. Existem diversos tipos de *malware*, com características e objetivos diferentes. No que se refere a esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O *spyware* é um *malware* que espiona o comportamento do usuário e coleta dados (histórico de navegação, senhas, etc) sem seu consentimento.
- (B) Um antivírus é inútil contra *malware*, pois só detecta vírus tradicionais e não outras formas de *software* malicioso.
- (C) Um *ransomware* é um tipo de *malware* que rouba senhas bancárias e envia automaticamente ao invasor.
- (D) Um *worm* depende de outro programa para ser executado e só causa danos quando o usuário clica em *links* falsos.
- (E) *Malware* é o nome técnico para qualquer tipo de falha física no disco rígido causada por superaquecimento.

**QUESTÃO 23**

No processo de preparação e transformação de dados, especialmente em ambientes de BI (*Business Intelligence*) e ETL (*Extract, Transform, Load*), são aplicadas operações que possibilitam a limpeza, padronização e modelagem dos dados brutos para posterior análise. Com base nas boas práticas de transformação de dados, assinale a alternativa correta.

- (A) Dados categóricos nunca devem ser transformados em valores numéricos, pois perdem completamente seu significado original.
- (B) A etapa de transformação descarta todos os dados nulos e duplicados, pois esses não podem ser aproveitados em análise.
- (C) A transformação de dados é sinônimo de modelagem de dados e não inclui operações como limpeza ou agregação.
- (D) A transformação de dados é usada apenas para corrigir erros ortográficos e remover espaços em branco de colunas de texto.
- (E) A transformação de dados pode envolver padronização de formatos, cálculo de novos campos e integração de dados de múltiplas fontes.

**QUESTÃO 24**

O Power BI é uma ferramenta de *Business Intelligence* da Microsoft que permite importar, transformar, modelar e visualizar dados de diversas fontes. Entre seus recursos estão o Power Query, o DAX (*Data Analysis Expressions*), a criação de *dashboards* e a publicação de relatórios na *web*. Assinale a alternativa correta acerca do uso do Power BI.

- (A) O Power BI Desktop permite a criação de relatórios, mas a publicação só pode ser feita diretamente em servidores locais com SQL Server Reporting Services (SSRS).
- (B) O Power BI permite combinar dados de múltiplas fontes em um único modelo de dados, mesmo que essas fontes sejam diferentes entre si (como Excel, banco de dados e API).
- (C) A linguagem DAX utilizada no Power BI é usada exclusivamente para aplicar filtros visuais nos gráficos e não permite criação de medidas ou colunas calculadas.
- (D) O Power BI só permite conexão com bases de dados relacionais da Microsoft, como SQL Server e Azure SQL.
- (E) O agendamento de atualização automática dos dados só é possível no Power BI Desktop, desde que o computador permaneça ligado e conectado à internet.

**QUESTÃO 25**

Assinale a alternativa que apresenta princípio(s) ou valor(es) que deve(m) nortear a atuação ética do servidor público no exercício de suas funções.

- (A) Secretismo absoluto nas decisões para proteger a administração.
- (B) Proibidade, urbanidade e transparência na condução dos atos administrativos.
- (C) Foco exclusivo na obtenção de resultados, mesmo que por meios ilegais.
- (D) Concessão de favores pessoais para manter boa imagem perante a população.
- (E) Utilização do cargo para fins particulares, desde que de forma discreta.

**QUESTÃO 26**

O decoro é uma das qualidades essenciais na conduta do servidor público. Acerca de decoro, assinale a alternativa correta.

- (A) Está relacionado apenas à aparência externa e não aos valores internos do servidor.
- (B) Refere-se exclusivamente ao cumprimento formal das leis.
- (C) É um conjunto de regras rígidas que o servidor deve seguir sem questionar.
- (D) Diz respeito apenas à educação e cordialidade no trato com colegas.
- (E) É uma postura que une a disposição interna de agir corretamente com a aparência dessa ação aos olhos da sociedade.

**QUESTÃO 27**

De acordo com a Lei nº 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, mediante a prática de ato doloso,

- (A) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- (B) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (C) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- (D) negar publicidade aos atos oficiais.
- (E) nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante.

**QUESTÃO 28**

Um dos principais objetivos da Comunicação Não Violenta (CNV) é

- (A) promover a conexão empática com o outro por meio da identificação de sentimentos e necessidades.
- (B) controlar as emoções negativas dos outros durante uma conversa.
- (C) defender-se de críticas utilizando respostas automáticas.
- (D) evitar a expressão de sentimentos para não gerar conflitos.
- (E) focar exclusivamente no convencimento do interlocutor.

**QUESTÃO 29**

Em um contexto organizacional, assinale a alternativa que apresenta um benefício direto da aplicação consistente da CNV na comunicação interna.

- (A) Reduz o tempo de reuniões, já que as decisões passam a ser tomadas sem debate.
- (B) Estimula a obediência cega, eliminando resistências da equipe.
- (C) Incentiva cada colaborador a priorizar apenas suas próprias necessidades.
- (D) Cria um ambiente de maior escuta e respeito mútuo, reduzindo conflitos recorrentes.
- (E) Substitui completamente a necessidade de regras e processos internos.

**QUESTÃO 30**

Dentro da metodologia da CNV, a ação essencial para transformar críticas ou acusações em um diálogo construtivo é

- (A) reforçar a autoridade sobre o interlocutor.
- (B) ignorar os sentimentos para manter a objetividade.
- (C) aumentar o tom de voz para demonstrar firmeza.
- (D) responder imediatamente para evitar que o conflito cresça.
- (E) identificar as necessidades ocultas por trás da fala do outro.



**QUESTÃO 33**

Uma empresa de engenharia celebra um contrato de prestação de serviços de longo prazo em 01/01/X1, no valor total de R\$1.500.000,00, a ser recebido em uma única parcela em 31/12/X3. A taxa de juros de mercado aplicável para transações de natureza similar sem condições de financiamento explícitas é de 10% ao ano. Ao final de 31/12/X1, o contador da empresa precisa realizar os ajustes contábeis pertinentes, considerando os requisitos do Ajuste a Valor Presente (AVP) para ativos. Assinale a alternativa correta sobre o tratamento contábil desse ativo.

- (A) O valor do ativo registrado em 01/01/X1 será de R\$ 1.500.000,00, e em 31/12/X1, a empresa deverá reconhecer uma receita financeira de R\$ 150.000,00, sem alteração do saldo contábil do ativo.
- (B) O ajuste a valor presente (AVP) não é aplicável a este contrato, pois não há juros explícitos no instrumento, devendo o ativo ser mantido pelo seu valor nominal de R\$ 1.500.000,00 até o recebimento.
- (C) O valor presente do ativo em 01/01/X1 será de R\$ 1.126.972,25, e em 31/12/X1, a empresa reconhecerá uma receita financeira de R\$ 112.697,22 pelo desdobramento do AVP, aumentando o saldo contábil do ativo.
- (D) Em 31/12/X1, a empresa deverá reconhecer uma despesa financeira de R\$ 124.184,25 para ajustar o ativo ao seu valor presente de mercado, refletindo a perda de valor decorrente da longa maturação do contrato
- (E) O valor a ser registrado inicialmente é o nominal de R\$ 1.500.000,00, e o ajuste a valor presente só será contabilizado em 31/12/X3, no momento do recebimento, para refletir o custo financeiro da transação.

**QUESTÃO 34**

Uma grande indústria de bebidas está enfrentando três situações distintas que podem impactar suas demonstrações financeiras no final do exercício:

- I Um processo judicial movido por um ex-funcionário com pedido de indenização de alto valor. A probabilidade de perda, segundo os advogados, é de 80%, e o valor da condenação pode ser estimado com razoável segurança.
- II Uma ação ambiental movida pelo Ministério Público. A probabilidade de condenação é de 40%, e o valor da possível multa pode ser estimado, mas com grande margem de incerteza.
- III Um processo de recuperação de créditos fiscais. A probabilidade de ganho é de 90%, mas a empresa ainda aguarda a decisão final de um tribunal superior, sem expectativa de recebimento certo e imediato.

Considerando os requisitos do CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), assinale a alternativa correta sobre o tratamento contábil de cada situação.

- (A) A situação I deve ser reconhecida como um Passivo Contingente, a situação II como Provisão, e a situação III como Ativo Contingente com reconhecimento em ativo circulante.
- (B) A situação I deve ser reconhecida como Provisão e divulgada em notas explicativas, a situação II não deve ser reconhecida nem divulgada, e a situação III deve ser reconhecida como Ativo em espera de realização.
- (C) Nenhuma das três situações deve ser reconhecida nas demonstrações financeiras, pois o CPC 25 exige que o passivo ou ativo seja certo e líquido para seu reconhecimento.
- (D) A situação I exige o reconhecimento de uma Provisão, a situação II deve ser divulgada como um Passivo Contingente, e a situação III não deve ser reconhecida, mas divulgada como Ativo Contingente.
- (E) As situações I e II requerem o reconhecimento de Provisões, pois ambas possuem probabilidade de saída de recursos superior a 50%, enquanto a situação III não deve ser divulgada, por ser um ativo e ainda não ter sido realizada.

**QUESTÃO 35**

Ao final do exercício social de 2023, o conselho de administração de uma companhia aberta discute a destinação do lucro líquido apurado. A empresa possui um saldo significativo em lucros acumulados, um saldo de "Ajustes de Avaliação Patrimonial" positivo relacionado à valorização de investimentos em outras empresas, e uma reserva de lucros para expansão previamente constituída. Além disso, durante o exercício, a companhia adquiriu suas próprias ações para manutenção em tesouraria. Assinale a alternativa correta sobre o tratamento e a classificação dessas contas no Patrimônio Líquido.

- (A) Os Ajustes de Avaliação Patrimonial (AAP) são registrados no Patrimônio Líquido e podem ser livremente destinados para distribuição de dividendos aos acionistas, desde que haja lucros acumulados suficientes.
- (B) As Reservas de Lucros para expansão, ao serem utilizadas para o fim a que se destinam, podem ser livremente revertidas para o saldo de Lucros Acumulados, para posterior distribuição de dividendos.
- (C) Reservas de Capital são formadas pela apropriação de lucros ou por doações e subvenções para investimento, e podem ser utilizadas para aumentar o capital social, compensar prejuízos ou distribuir dividendos em dinheiro.
- (D) Dividendos obrigatórios são calculados sobre o lucro líquido do exercício, ajustado pelos prejuízos acumulados e pela provisão para Imposto de Renda, sendo que os ajustes de avaliação patrimonial impactam diretamente a base de cálculo.
- (E) As Ações em Tesouraria são contas retificadoras do Patrimônio Líquido, pois representam uma parcela do capital social recomprada pela empresa, diminuindo o valor total do PL.

**QUESTÃO 36**

Um órgão da administração pública federal, ao final do exercício financeiro, apresenta as seguintes ocorrências:

- I Recebimento de uma doação em dinheiro de uma organização internacional para um projeto específico, sem contrapartida.
- II Reconhecimento de desvalorização de um bem intangível (software) devido à obsolescência tecnológica, sem que o software tenha sido baixado do patrimônio.
- III Emissão de empenho e posterior liquidação de despesa com serviços de consultoria, mas o pagamento ocorrerá apenas no exercício seguinte.
- IV Aquisição de um veículo para uso administrativo, pago à vista com recursos próprios.

Assinale a alternativa correta sobre o impacto dessas ocorrências nas variações patrimoniais e no Balanço Patrimonial do órgão, sob o enfoque do regime de competência.

- (A) O recebimento da doação (I) e a aquisição do veículo (IV) são variações patrimoniais qualitativas, pois alteram a composição do ativo, mas não o Patrimônio Líquido.
- (B) A desvalorização do software (II) gera uma variação patrimonial quantitativa diminutiva e é evidenciada na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), enquanto o empenho da despesa (III) é uma variação qualitativa.
- (C) O recebimento da doação (I) é uma variação patrimonial quantitativa aumentativa, e a desvalorização do software (II) representa uma variação quantitativa diminutiva. Ambos são registrados na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).
- (D) A despesa com serviços de consultoria (III), por ter sido liquidada, é classificada como variação patrimonial quantitativa diminutiva no exercício corrente, e o não pagamento implica na anulação da despesa para o próximo exercício.
- (E) A aquisição do veículo (IV) é uma variação patrimonial quantitativa aumentativa e diminutiva simultaneamente, refletindo uma permuta entre ativos sem impacto no Patrimônio Líquido, e, portanto, não é evidenciada na DVP.

**QUESTÃO 37**

Um órgão público municipal possui em seu patrimônio um edifício histórico tombado, utilizado como museu, e uma frota de veículos para uso administrativo. Além disso, desenvolveu internamente um sistema de gestão de documentos digitais que possui alto valor estratégico e que atende aos requisitos para ser reconhecido como ativo intangível. Ao final do exercício, o contador precisa realizar os devidos reconhecimentos e mensurações. Assinale a alternativa correta acerca desse assunto.

- (A) O edifício histórico tombado, mesmo que utilizado como museu, é passível de depreciação, pois gera benefícios econômicos futuros, e deve ser avaliado anualmente quanto à sua redução ao valor recuperável (*impairment*).
- (B) O sistema de gestão de documentos digitais, por ser um ativo intangível desenvolvido internamente, deve ser amortizado ao longo de sua vida útil econômica, e seu valor pode ser reavaliado caso haja evidências de valorização de mercado.
- (C) A frota de veículos, por ser um ativo imobilizado, deve ser depreciada sistematicamente ao longo de sua vida útil. Em caso de perda de suas características originais devido a uso excessivo, deve ser feita uma reavaliação de seu valor justo.
- (D) O edifício histórico, em razão de sua significância cultural e patrimonial, não é depreciado e não está sujeito ao teste de redução ao valor recuperável (*impairment*), a menos que sua utilidade seja drasticamente comprometida.
- (E) A mensuração do ativo intangível desenvolvido internamente deve ser feita pelo custo, e a aplicação do teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) é obrigatória para todos os ativos, independentemente de sua natureza tangível ou intangível.

**QUESTÃO 38**

Um analista de contabilidade pública está revisando a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) de um estado e percebe que as receitas e despesas ali apresentadas divergem significativamente dos valores do Balanço Orçamentário (BO). Ele está confuso com o tratamento de uma multa de trânsito aplicada em 2023, mas cujo pagamento (arrecadação) ocorreu apenas em 2024. Adicionalmente, uma compra de material de consumo foi empenhada em 2023, entregue e liquidada em dezembro de 2023, mas paga em janeiro de 2024. Assinale a alternativa correta sobre o reconhecimento dessas transações sob o enfoque patrimonial.

- (A) A multa de trânsito, embora aplicada em 2023, será reconhecida como receita patrimonial apenas em 2024, no momento de seu recebimento, em conformidade com o regime de caixa adotado para as receitas no setor público.
- (B) A despesa com material de consumo deve ser reconhecida como variação patrimonial diminutiva em 2023, no momento de sua liquidação, enquanto a multa de trânsito deve ser reconhecida como receita patrimonial em 2023, no momento de sua constituição.
- (C) Ambas as transações, multa de trânsito e material de consumo, serão reconhecidas integralmente em 2024, pois a DVP reflete apenas as receitas e despesas efetivamente pagas ou recebidas no exercício.
- (D) A multa de trânsito e a despesa com material de consumo são tratadas de forma idêntica em relação ao regime de competência, sendo reconhecidas na DVP no momento do empenho da despesa e da previsão da receita, respectivamente.
- (E) O Balanço Orçamentário reflete o regime de competência para receitas e despesas, enquanto a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) reflete o regime de caixa para despesas e o de competência para receitas.

**QUESTÃO 39**

Um município está em processo de fechamento de suas demonstrações contábeis e enfrenta algumas situações complexas relacionadas a passivos:

- I Um processo judicial em que o município é réu, com estimativa de perda de 70% e valor provável de condenação de R\$ 1.000.000,00, que pode ser estimado confiavelmente.
- II Uma dívida com fornecedores de material hospitalar, devidamente liquidada, mas com pagamento previsto para o início do próximo exercício financeiro devido a restrições orçamentárias.
- III Uma possível sanção ambiental futura, com probabilidade de ocorrência de 30%, decorrente de irregularidades em licenças, mas sem valor definido ainda.

Assinale a alternativa correta sobre o reconhecimento e a divulgação dessas situações, conforme as normas de contabilidade aplicadas ao setor público.

- (A) A situação I exige o reconhecimento de Provisão no passivo. A situação II representa um passivo circulante a pagar. A situação III deve ser divulgada como um Passivo Contingente em notas explicativas.
- (B) A situação I deve ser reconhecida como um Passivo Contingente em notas explicativas, a situação II como Provisão, e a situação III não deve ser reconhecida nem divulgada.
- (C) A situação I e II são provisões, sendo ambas reconhecidas no Balanço Patrimonial. A situação III deve ser reconhecida como um Passivo Contingente, mas sem valor definido, apenas na DVP.
- (D) A situação I deve ser reconhecida como uma Provisão, e a situação II como uma Despesa de Exercício Anterior (DEA) no próximo período. A situação III não se enquadra em passivo.
- (E) Nenhuma das situações deve ser reconhecida no Balanço Patrimonial, pois envolvem incertezas ou pagamentos futuros, devendo ser todas divulgadas em notas explicativas como passivos contingentes.

**QUESTÃO 40**

Um Tribunal de Justiça está em fase de implementação de um sistema de custos para suas atividades, com o objetivo de melhorar a eficiência na prestação jurisdicional e otimizar a alocação de recursos. O desafio é adaptar as metodologias de custos, tradicionalmente utilizadas no setor privado, para a realidade do serviço público, que não visa lucro. Assinale a alternativa correta sobre as características e o ambiente da informação de custos no setor público.

- (A) a) A informação de custos no setor público deve focar exclusivamente nos custos diretos dos serviços prestados, pois os custos indiretos são irrelevantes para a tomada de decisão em entidades que não visam ao lucro.
- (B) O principal objetivo do sistema de custos no setor público é a formação do preço de venda de serviços públicos para o cidadão, garantindo o equilíbrio financeiro da instituição e a sustentabilidade fiscal.
- (C) A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece a obrigatoriedade da apuração de custos dos serviços públicos para fins de controle e avaliação da gestão, sendo um dos poucos marcos legais que fundamenta essa prática.
- (D) A adoção de um sistema de custos no setor público é um princípio contábil fundamental, que exige a mensuração de todos os custos, incluindo os de oportunidade, para a composição do patrimônio público.
- (E) Um sistema de custos no setor público visa a apoiar a tomada de decisão gerencial, aprimorar a eficiência alocativa dos recursos públicos e subsidiar a avaliação de programas e políticas, superando a mera conformidade orçamentária.

**QUESTÃO 41**

Em um cenário de pós-pandemia, o governo federal implementa um pacote de medidas fiscais visando não apenas a recuperação econômica, mas também a redução das desigualdades sociais acentuadas durante o período de crise. Dentre as ações, destacam-se a expansão de programas de transferência de renda para famílias em situação de vulnerabilidade e o direcionamento de investimentos substanciais para setores estratégicos da indústria, como infraestrutura e energia renovável, que geram alto potencial de empregos. Além disso, o Banco Central mantém uma política monetária que busca controlar a inflação sem estrangular o crescimento. Assinale a alternativa correta sobre as funções do orçamento público e as dimensões da intervenção estatal que essas medidas exemplificam.

- (A) A expansão dos programas de transferência de renda reflete a função estabilizadora do orçamento, enquanto o investimento em infraestrutura e energia renovável ilustra a dimensão regulatória da intervenção do Estado na economia.
- (B) O direcionamento de investimentos para setores estratégicos, visando à geração de empregos, demonstra a função alocativa do orçamento, e a política monetária do Banco Central atua na dimensão distributiva da intervenção estatal.
- (C) A atuação do governo na expansão de programas de transferência de renda é um exemplo claro da função distributiva do orçamento, ao passo que o investimento em setores estratégicos para a geração de empregos representa a função alocativa.
- (D) O controle da inflação via política monetária do Banco Central é um exemplo da função distributiva do orçamento, e o pacote de medidas fiscais do governo caracteriza a dimensão de fomento da administração na economia.
- (E) As medidas de investimento em infraestrutura e energia renovável, juntamente com os programas de transferência de renda, exemplificam unicamente a função estabilizadora do orçamento, não caracterizando outras funções ou dimensões de intervenção.

**QUESTÃO 42**

O Congresso Nacional está em período de recesso parlamentar quando um desastre natural de grandes proporções atinge uma região remota do país, necessitando de ações emergenciais de socorro e reconstrução que não estavam previstas no orçamento anual. Em paralelo, um projeto de lei orçamentária que visava abrir um crédito adicional suplementar para o Ministério da Saúde, para uma campanha de vacinação em massa já planejada, está aguardando votação após o recesso. Diante desses fatos, assinale a alternativa correta à luz dos princípios orçamentários e dos tipos de créditos adicionais.

- (A) A abertura de crédito adicional extraordinário é a única forma de atender à necessidade emergencial do desastre natural, constituindo uma exceção ao princípio da exclusividade e exigindo a posterior aprovação do Congresso Nacional.
- (B) A situação de desastre natural permite a abertura de crédito adicional especial, justificada pela urgência e relevância, porém, a campanha de vacinação necessitaria de crédito suplementar, respeitando o princípio da anualidade.
- (C) O princípio da universalidade exige que todas as receitas e despesas constem da Lei Orçamentária Anual, o que inviabiliza a abertura de qualquer tipo de crédito adicional fora do período ordinário de elaboração e aprovação do orçamento.
- (D) O crédito adicional suplementar para a campanha de vacinação, mesmo que aguarde votação, já está em consonância com o princípio da clareza, pois a finalidade específica é evidente e já foi discutida no âmbito legislativo.
- (E) O princípio da não afetação das receitas exige que os recursos provenientes de impostos não sejam vinculados a despesas específicas, porém, no caso do desastre natural, é possível vincular recursos de qualquer origem para atender à emergência.

**QUESTÃO 43**

Um gestor público está elaborando a proposta orçamentária de sua unidade para o próximo ano fiscal, considerando o cenário de desafios econômicos e a necessidade de otimização de recursos. Ele precisa assegurar que a proposta esteja em conformidade com as diretrizes e metas estabelecidas no sistema de planejamento e orçamento federal, além de atender aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Assinale a alternativa correta que descreve a relação entre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), sob a ótica da LRF.

- (A) A LDO estabelece as metas e prioridades de longo prazo da administração pública, servindo como elo entre o PPA e a LOA, sendo sua aprovação dispensável para a elaboração da LOA caso o PPA já esteja vigente.
- (B) O PPA define programas com duração de quatro anos e metas anuais que devem ser detalhadas na LDO para a alocação dos recursos na LOA, sendo que a LRF reforça a necessidade de compatibilidade entre eles.
- (C) A LRF determina que a LOA deve prever a despesa de capital separadamente, e esta deve ser integralmente compatível com as metas e prioridades estabelecidas no PPA e detalhadas na LDO, garantindo a efetividade do planejamento.
- (D) A LOA é o instrumento que operacionaliza o PPA e a LDO, contendo a previsão da receita e a fixação da despesa para o ano fiscal, sendo que a LRF proíbe expressamente a inclusão de despesas não alinhadas às diretrizes da LDO.
- (E) O PPA, por ser um plano de médio prazo, pode ter suas metas ajustadas anualmente pela LDO, que, por sua vez, deve prever despesas correntes de manutenção e desenvolvimento para a LOA, em conformidade com a LRF.

**QUESTÃO 44**

Um hospital público federal, ao final do exercício financeiro de 2023, enfrentou desafios na execução de seu orçamento. Uma compra de medicamentos essenciais, devidamente empenhada em dezembro de 2023, foi entregue e atestada apenas em janeiro de 2024. Além disso, uma nota fiscal referente a serviços de manutenção predial realizados em outubro de 2022 foi extraviada e só apresentada para pagamento em fevereiro de 2024, não tendo sido empenhada ou liquidada em 2022. Assinale a alternativa correta sobre o tratamento orçamentário e financeiro dessas situações.

- (A) A despesa com medicamentos, por ter sido empenhada em 2023 e liquidada em 2024, deve ser classificada como "Despesa de Exercícios Anteriores (DEA)", enquanto a manutenção predial não poderá ser paga, pois não houve empenho prévio.
- (B) A despesa com medicamentos, por ter sido liquidada em 2024, deve ter seu empenho anulado e ser reincluída no orçamento de 2024. O serviço de manutenção predial é uma DEA, mas depende de reconhecimento do direito por ato da autoridade competente
- (C) Ambas as despesas, tanto a dos medicamentos quanto a da manutenção predial, configuram "Restos a Pagar Processados", pois o serviço ou bem foi efetivamente prestado ou entregue, ainda que o pagamento ocorra no exercício seguinte.
- (D) A compra de medicamentos deve ser processada como "Restos a Pagar Não Processados" em 2023, sendo liquidada e paga em 2024. Já o serviço de manutenção predial configura uma "Despesa de Exercícios Anteriores (DEA)
- (E) Para a despesa de medicamentos, por ter ocorrido a liquidação em 2024, o registro contábil em 2023 deveria ser como "Restos a Pagar Processados". O serviço de manutenção predial pode ser pago como DEA, desde que haja dotação própria para isso.

**QUESTÃO 45**

O governo federal, diante de uma inesperada retração econômica, revisa suas projeções de receita e verifica a necessidade de contingenciar despesas para manter o equilíbrio fiscal. Ao mesmo tempo, um novo programa social, com impacto significativo, é aprovado pelo Congresso Nacional, exigindo a abertura de dotações específicas. Assinale a alternativa correta sobre as ferramentas e princípios orçamentários envolvidos na programação e alteração orçamentária nesse cenário.

- (A) A contingência de despesas caracteriza-se como um bloqueio temporário de dotações, sendo uma alteração orçamentária que exige a abertura de crédito extraordinário, dada a sua imprevisibilidade e urgência.
- (B) O contingenciamento de dotações orçamentárias, realizado por decreto, permite ao Executivo remanejar recursos entre órgãos sem necessidade de autorização legislativa, em nome da eficiência e flexibilidade na execução orçamentária.
- (C) As alterações orçamentárias, como o contingenciamento e a abertura de créditos adicionais, são exceções ao princípio da anualidade, que impede qualquer modificação no orçamento após sua sanção.
- (D) O princípio da exclusividade veda a inclusão de matéria estranha à previsão da receita e fixação da despesa na Lei Orçamentária Anual, mas permite que os créditos adicionais sejam abertos sem indicação de fonte de recursos.
- (E) A abertura de dotações para o novo programa social demanda a criação de um crédito especial, pois a despesa não estava prevista na LOA, e sua efetivação se dá após aprovação legislativa e sanção presidencial.

**QUESTÃO 46**

Um Ministério Público Federal contrata uma cooperativa de trabalho para a prestação de serviços de apoio administrativo. O valor da nota fiscal emitida pela cooperativa é de R\$ 30.000,00. Assinale a alternativa correta sobre a retenção de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS devida pela contratante, conforme a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

- (A) O Ministério Público Federal deverá reter 4,65% do valor bruto da nota fiscal, pois as cooperativas de trabalho são equiparadas às demais pessoas jurídicas para fins de retenção.
- (B) Não haverá retenção de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, pois as cooperativas de trabalho gozam de imunidade tributária para esses tributos, dispensando a retenção na fonte.
- (C) A retenção de 1,5% de IRPJ e 1% de CSLL será aplicada, enquanto o PIS e a COFINS não são retidos para cooperativas de trabalho.
- (D) As retenções de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS incidirão sobre a remuneração paga aos cooperados, e não sobre o valor bruto da nota fiscal da cooperativa.
- (E) O Ministério Público Federal deve reter apenas 1,5% de IRPJ e 0,65% de PIS, sendo a CSLL e a COFINS recolhidas diretamente pela cooperativa.

**QUESTÃO 47**

Um órgão público federal sediado em Brasília (DF) contrata uma empresa de consultoria tributária com sede em Belo Horizonte (MG) para realizar um estudo de viabilidade econômica de um projeto, a ser executado remotamente em Belo Horizonte. A legislação municipal de Belo Horizonte prevê que a responsabilidade pela retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) recai sobre o tomador do serviço quando este for um órgão ou entidade da administração pública federal. Assinale a alternativa correta sobre o local de incidência do ISS e a responsabilidade pela retenção neste caso.

- (A) O ISS será devido ao Município de Belo Horizonte (MG), onde está localizada a empresa prestadora do serviço, e o órgão federal contratante deverá realizar a retenção do imposto.
- (B) O ISS será devido ao Município de Brasília (DF), pois o tomador do serviço é federal, e a retenção é responsabilidade do órgão contratante.
- (C) Não haverá retenção de ISS por parte do órgão federal, pois o serviço foi prestado remotamente e o imposto é devido no local do estabelecimento prestador, que arcará com o recolhimento.
- (D) O ISS será devido ao Município de Belo Horizonte (MG), mas a retenção não é aplicável a órgãos federais, que são imunes à tributação municipal.
- (E) O serviço de consultoria tributária é isento de ISS, dada sua natureza intelectual e a ausência de utilização de espaço público.

**QUESTÃO 48**

Um centro de pesquisa ligado a uma universidade federal contrata uma empresa para realizar a manutenção predial de suas instalações, incluindo serviços de alvenaria, pintura e hidráulica. O contrato prevê o fornecimento de mão de obra e materiais pela contratada. O valor global do contrato é de R\$ 120.000,00, sendo R\$ 80.000,00 relativos à mão de obra e R\$ 40.000,00 aos materiais. Assinale a alternativa correta sobre a base de cálculo da retenção da contribuição previdenciária (INSS) pelo centro de pesquisa, conforme a Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022.

- (A) A retenção de INSS será aplicada sobre o valor total do contrato, independentemente da separação entre mão de obra e materiais na nota fiscal.
- (B) Não haverá retenção de INSS, pois o serviço de manutenção predial é uma atividade mista (mão de obra e materiais), o que dispensa a retenção.
- (C) A retenção de INSS será aplicada apenas sobre o valor da mão de obra, desde que o valor dos materiais esteja discriminado na nota fiscal ou fatura.
- (D) A base de cálculo da retenção será o valor dos materiais, uma vez que a contribuição previdenciária incide sobre o custo do produto final.
- (E) A retenção de INSS será de 3,5% sobre o valor da mão de obra, pois serviços de construção civil possuem alíquota reduzida.

**QUESTÃO 49**

Um órgão público federal precisa calcular o custo total de um contrato de prestação de serviços contínuos, incluindo todos os encargos tributários e sociais. Para um funcionário específico alocado ao contrato, com salário bruto de R\$ 8.000,00 mensais, assinale a alternativa que apresenta os tributos e contribuições incidentes sobre a folha de pagamento, além do salário em si, considerando que a empresa contratada não é optante pelo Simples Nacional e não está desonerada.

- (A) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) do empregado, INSS Patronal, FGTS e PIS/COFINS sobre a receita da empresa.
- (B) INSS Retido do empregado, INSS Patronal, FGTS, e IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre a receita da empresa.
- (C) Apenas INSS Retido do empregado e FGTS, pois os demais tributos são de responsabilidade exclusiva da empresa.
- (D) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) do empregado, INSS Retido do empregado, INSS Patronal, FGTS, e IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre a receita da empresa.
- (E) Somente INSS Patronal e FGTS, sendo o restante retido do próprio empregado no seu salário.

**QUESTÃO 50**

Um gestor de contratos de um órgão federal precisa entender a correta alocação de informações nas novas obrigações acessórias digitais (SPED) para garantir a conformidade fiscal da entidade. Ele tem dúvidas sobre onde informar pagamentos de serviços com retenção de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS, de INSS de nota fiscal, e dados de folha de pagamento. Assinale a alternativa que descreve a correta destinação dessas informações no SPED.

- (A) Todas as retenções federais (IRPJ/CSLL/PIS/COFINS e INSS) são informadas na EFD Contribuições, enquanto o eSocial lida apenas com dados de folha de pagamento de empresas privadas.
- (B) O eSocial é a única plataforma que concentra todas as informações tributárias e previdenciárias de órgãos públicos, incluindo IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e INSS
- (C) A EFD Contribuições é responsável pela informação do PIS e COFINS. O eSocial e a EFD-Reinf tratam apenas da previdência social e do FGTS, respectivamente, sem abordar outras retenções federais.
- (D) A EFD-Reinf é para retenções de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido apenas, sendo as demais retenções (PIS/COFINS/INSS) informadas na EFD Contribuições.
- (E) As retenções de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS de serviços prestados e tomados são informadas na EFD-Reinf. As informações de folha de pagamento são enviadas via eSocial. As retenções de INSS de nota fiscal são também da EFD-Reinf.

**QUESTÃO 51**

Uma firma de auditoria independente, ao planejar a auditoria das demonstrações contábeis de uma empresa do setor de tecnologia, que se caracteriza pela inovação constante e rápido crescimento (*startup* em fase de expansão), identifica que a entidade está prestes a lançar um produto disruptivo no mercado. O auditor-chefe, ciente dos desafios específicos desse ambiente, discute com sua equipe a abordagem de risco. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) Em decorrência do rápido avanço tecnológico e da natureza da receita, o auditor deve focar seus esforços prioritariamente nos testes substantivos de detalhes, reduzindo significativamente a extensão dos testes de controle, dada a inerente complexidade e dinamismo dos sistemas.
- (B) A existência de um ambiente de controle interno robusto, evidenciado por políticas claras de desenvolvimento de produtos e segregação de funções, pode reduzir o risco de controle e, conseqüentemente, a materialidade planejada para as demonstrações contábeis como um todo.
- (C) O planejamento da auditoria deve contemplar a possibilidade de um risco de detecção mais elevado, justificando-se a aceitação de um maior número de falhas nos testes substantivos, considerando que o risco inerente do setor tecnológico é naturalmente menor devido à sua transparência.
- (D) O auditor deve considerar a elevada complexidade da avaliação das estimativas contábeis relacionadas a ativos intangíveis e o reconhecimento de receitas de novos produtos como componentes de risco inerente, exigindo maior atenção no planejamento e na execução dos procedimentos.
- (E) A auditoria em um ambiente dinâmico como o de tecnologia permite que o auditor adote uma abordagem menos formal de documentação dos papéis de trabalho, priorizando a agilidade na identificação de distorções, dado que o risco de auditoria é compensado pela inovação.

**QUESTÃO 52**

Durante a auditoria das demonstrações contábeis de uma companhia de varejo, o auditor independente identificou indícios de que um gerente de compras estaria envolvido em um esquema de recebimento de comissões indevidas de fornecedores, resultando em sobrepreço nos produtos adquiridos pela empresa. A administração da companhia, ao ser informada, expressou preocupação com a possível fraude e solicitou que o auditor investigasse exaustivamente o caso, a fim de identificar todos os envolvidos e quantificar os prejuízos detalhadamente para fins de eventual ação judicial. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade primária pela detecção de fraudes, independentemente de sua materialidade, recai sobre o auditor independente, cabendo-lhe a condução de uma investigação minuciosa para apurar a extensão do esquema e reportar às autoridades competentes.
- (B) A solicitação da administração da companhia para uma investigação exaustiva da fraude se alinha com o escopo da auditoria independente, pois a identificação de fraudes é um objetivo central do trabalho do auditor, que deve adaptar seus procedimentos para atender a essa demanda.
- (C) O auditor independente, ao constatar indícios de fraude, deve primariamente avaliar o impacto nas demonstrações contábeis, considerando a materialidade da distorção, sabendo que sua responsabilidade principal não é a investigação detalhada de todos os aspectos da fraude.
- (D) Se a fraude for considerada material, o auditor independente é obrigado a reportar diretamente o fato ao Ministério Público, independentemente do desejo da administração, dada a natureza pública da irregularidade e o dever de moralidade da profissão.
- (E) A investigação exaustiva e detalhada da fraude, para fins de identificação de todos os envolvidos e quantificação para ação judicial, caracteriza-se como um serviço de perícia contábil, que pode ser realizado pelo auditor, desde que em contrato à parte e sem conflito de interesse.

**QUESTÃO 53**

Uma empresa de médio porte do setor de transportes, auditada anualmente por uma firma independente, apresenta uma situação financeira extremamente delicada. Relatórios internos indicam prejuízos operacionais consecutivos nos últimos três anos, dívidas crescentes com fornecedores e instituições financeiras, além de um passivo a descoberto significativo. A administração, por sua vez, não demonstrou capacidade de reverter o cenário e não possui plano de recuperação financeira concreto, apesar das discussões com credores. O auditor, ao final de seus trabalhos, concluiu que a capacidade da empresa de continuar em operação no futuro previsível é altamente questionável. Assinale a alternativa correta sobre o tipo de relatório de auditoria que deve ser emitido.

- (A) O relatório de auditoria deve ser sem ressalva, com um parágrafo de ênfase para chamar a atenção dos usuários para a incerteza material relacionada à continuidade operacional, uma vez que a opinião geral sobre as demonstrações contábeis não é afetada.
- (B) Diante da alta incerteza e da ausência de plano de recuperação, o auditor deve emitir um relatório adverso, pois as demonstrações contábeis não foram preparadas sob o pressuposto de continuidade, afetando materialmente a fidedignidade da informação financeira.
- (C) Um relatório com abstenção de opinião é a forma mais apropriada, pois a incapacidade de obter evidências suficientes e apropriadas sobre a continuidade da entidade impede o auditor de formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis como um todo.
- (D) O relatório com ressalva é adequado, visto que a incerteza sobre a continuidade normal dos negócios é uma limitação no escopo da auditoria, embora o auditor possa atestar a maioria das informações presentes nas demonstrações contábeis.
- (E) Se as demonstrações contábeis não divulgam adequadamente a incerteza material sobre a continuidade, mas são elaboradas sob o pressuposto de continuidade, o auditor deve emitir um relatório com ressalva ou adverso, dependendo da materialidade das divulgações.

**QUESTÃO 54**

Um auditor independente está realizando a auditoria das contas a receber de uma indústria e decide aplicar o procedimento de circularização externa (confirmação direta) para obter evidências sobre a existência e a exatidão dos saldos de clientes. Foram enviadas solicitações a uma amostra de clientes. Após o recebimento das respostas, o auditor se depara com uma situação em que um cliente confirma um saldo diferente do registrado na contabilidade da indústria, e outro cliente não respondeu à solicitação após duas tentativas. Diante dessas circunstâncias, assinale a alternativa correta.

- (A) O auditor deve investigar a diferença confirmada pelo cliente que respondeu para determinar a causa e seu impacto nas demonstrações contábeis, e aplicar procedimentos alternativos para obter evidência suficiente e apropriada sobre o saldo do cliente que não respondeu.
- (B) A ausência de resposta à circularização do cliente representa uma limitação no escopo da auditoria, obrigando o auditor a emitir uma opinião com ressalva ou abstenção, dependendo da materialidade do saldo não confirmado.
- (C) A circularização negativa, que solicita que o cliente responda apenas se houver discordância, é um procedimento mais eficiente para contas a receber de alto valor e risco, pois reduz o número de respostas a serem analisadas pelo auditor.
- (D) A diferença confirmada pelo cliente que respondeu não é necessariamente uma distorção, podendo ser uma diferença de conciliação temporária, exigindo que o auditor desconsidere essa evidência e refaça a circularização com outro cliente.
- (E) A confirmação direta é a única forma de evidência apropriada para saldos de contas a receber, sendo que qualquer falha na obtenção dessa evidência compromete imediatamente a capacidade do auditor de emitir uma opinião sem ressalva.

**QUESTÃO 55**

Um processo judicial complexo envolve a disputa de valores referentes a um contrato de prestação de serviços de longo prazo, com alegações de descumprimento de cláusulas contratuais e divergências na aplicação de índices de correção monetária. O juiz nomeia um perito contador para auxiliar na elucidação dos fatos contábeis. Paralelamente, a empresa Ré possui um auditor interno e também contrata anualmente um auditor independente para certificar suas demonstrações contábeis. Diante desse cenário, assinale a alternativa correta sobre as características de cada tipo de profissional.

- (A) a) O auditor interno e o perito contador possuem independência total em relação à entidade, enquanto o auditor independente tem sua independência relativizada pela relação contratual com o cliente, o que os distingue em termos de credibilidade.
- (B) A atuação do perito contador, por ser pautada em quesitos judiciais, limita-se estritamente à verificação da conformidade legal das demonstrações contábeis, diferentemente do auditor independente, que avalia a adequação dos controles internos.
- (C) O relatório do auditor independente é considerado um parecer técnico para fins de decisão judicial, com a mesma força probatória do laudo pericial contábil, desde que elaborado por profissional registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- (D) O perito contador, ao elaborar seu parecer técnico, deve se abster de considerar o impacto de contingências não registradas, pois seu trabalho se restringe aos fatos contábeis já evidenciados nos livros e documentos da empresa, diferentemente do auditor independente.
- (E) O objetivo principal do auditor independente é emitir uma opinião sobre as demonstrações contábeis, enquanto o auditor interno foca na melhoria dos processos da entidade e o perito contador em elementos contábeis específicos para subsidiar decisão judicial.

**QUESTÃO 56**

Um estado da federação, buscando inovar em políticas públicas e garantir recursos para seu programa de desenvolvimento sustentável, instituiu, via lei específica, o "Fundo Estadual de Transição Ecológica". Esta lei estabelece que 1,5% da arrecadação líquida do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) será vinculada a esse fundo, para financiar exclusivamente projetos de infraestrutura verde e tecnologias limpas. Adicionalmente, o Art. 5º da mesma lei confere ao Poder Executivo a prerrogativa de, em caso de frustração da receita do IPVA que comprometa a execução dos projetos do fundo, abrir créditos suplementares por decreto para a complementação das dotações, desde que o montante não ultrapasse 0,3% da Receita Corrente Líquida anual do estado. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano seguinte, ao tratar das metas fiscais, reforça a relevância do Fundo, mas a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício em questão incorpora integralmente as receitas e despesas do Fundo Estadual de Transição Ecológica.

Considerando os princípios e as normas do orçamento público brasileiro, assinale a alternativa que apresenta a análise correta sobre a conformidade da iniciativa descrita.

- (A) A vinculação de receita do IPVA ao Fundo Estadual de Transição Ecológica está em conformidade com o princípio da não-afetação da receita de impostos, dada a sua finalidade específica e relevante para o desenvolvimento social.
- (B) A prerrogativa de créditos suplementares por decreto em frustração de receita viola o princípio da anualidade, pois permite despesas não explicitamente previstas na Lei Orçamentária Anual.
- (C) A criação do Fundo com receita de imposto, apesar da finalidade nobre, contraria a não-afetação de receitas de impostos, salvo exceções constitucionais taxativas não aplicáveis ao caso descrito.
- (D) A incorporação das receitas e despesas do fundo na LOA demonstra a estrita observância do princípio da exclusividade, que veda matérias estranhas ao orçamento anual e suas dotações.
- (E) A abertura de créditos suplementares por decreto, sem autorização legislativa prévia para cada caso específico, mesmo limitada a um percentual, afronta o princípio da legalidade e a prerrogativa do Poder Legislativo.

**QUESTÃO 57**

Em uma reunião de planejamento do governo federal, o Ministro da Economia destaca a importância de um alinhamento rigoroso entre as etapas de elaboração, aprovação, execução e controle do orçamento. Ele ressalta que, apesar de o processo parecer linear, a sua complexidade exige que todas as fases se retroalimentem, garantindo que as metas do PPA sejam concretizadas por meio das dotações anuais e que os relatórios de avaliação permitam ajustes em tempo real. Um assessor técnico, então, apresenta um cenário em que um grande projeto de infraestrutura, previsto no Plano Plurianual e com dotação inicial na Lei Orçamentária Anual, enfrenta atrasos significativos na execução devido a entraves burocráticos imprevistos. Diante desse cenário e do fluxo do ciclo orçamentário no Brasil, assinale a alternativa correta sobre o papel do ciclo orçamentário e as ações possíveis para o projeto infraestrutura citado.

- (A) A retroalimentação contínua entre as fases do ciclo orçamentário permite que dados da execução e controle influenciem a reelaboração orçamentária, possibilitando ajustes de metas e dotações em futuras LOAs ou via créditos adicionais.
- (B) Os atrasos na execução do projeto, mesmo sendo de natureza burocrática, devem ser integralmente compensados pela abertura de créditos extraordinários, por estarem relacionados a despesas urgentes e imprevíveis.
- (C) O ciclo orçamentário, embora dinâmico, é fundamentalmente um processo estritamente sequencial, não permitindo que a fase de controle influencie a elaboração de leis orçamentárias subsequentes.
- (D) A LOA é o instrumento final do ciclo orçamentário, e sua dotação para o projeto torna-se imutável após aprovação, exigindo do Executivo apenas a execução plena, sem possibilidade de remanejamentos de despesa.
- (E) A fase de controle é predominantemente formal e sempre posterior à execução, não dispondo de mecanismos efetivos que permitam a correção de rumos de projetos ou a realocação de recursos durante o mesmo exercício orçamentário.

**QUESTÃO 58**

Um estado da federação está em processo de elaboração de seu Plano Plurianual (PPA) para os próximos quatro anos. Durante esse processo, a equipe de planejamento enfrenta o desafio de integrar as projeções de longo prazo com as demandas anuais e as restrições fiscais. A Secretaria de Planejamento argumenta que o PPA deve ser ambicioso, estabelecendo grandes metas estruturantes para o desenvolvimento estadual, enquanto a Secretaria da Fazenda insiste na necessidade de que as metas sejam realistas e compatíveis com a capacidade de endividamento e a sustentabilidade fiscal. Paralelamente, o Poder Legislativo estadual aprova a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o primeiro ano de vigência do novo PPA, que inclui diretrizes específicas sobre prioridades e metas para o orçamento anual, bem como regras para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual (LOA), com foco na contenção de despesas de custeio.

Analisando a relação entre o PPA, a LDO e a LOA no contexto do sistema de planejamento e orçamento federal (aplicável subsidiariamente aos estados), assinale a alternativa que expressa corretamente essa articulação.

- (A) O PPA estabelece as metas anuais e as prioridades do governo, enquanto a LDO detalha o orçamento para cada órgão e a LOA define as diretrizes fiscais de longo prazo para a gestão pública.
- (B) A LDO estabelece as metas e prioridades de médio prazo, servindo como elo entre o PPA e a LOA, enquanto esta última detalha especificamente as despesas de capital para o próximo exercício financeiro.
- (C) A LOA deve ser elaborada em estrita conformidade com as diretrizes da LDO, mas não precisa guardar aderência com as metas do PPA, visto que este último é um plano de caráter mais indicativo e flexível.
- (D) O PPA define as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo para despesas de capital e programas de duração continuada; a LDO ajusta anualmente essas metas, e a LOA é o orçamento anual que concretiza a programação.
- (E) A LDO é a lei que estabelece o orçamento para o ano seguinte, priorizando as despesas de custeio e remuneração de pessoal, enquanto o PPA é uma lei orçamentária que se renova a cada ano fiscal.

**QUESTÃO 59**

O Ministério da Educação (MEC) planeja um novo programa de incentivo à pesquisa científica em universidades federais. Para garantir a transparência e a correta alocação dos recursos, a equipe orçamentária precisa classificar as despesas de forma a refletir a natureza do gasto, a função do governo a que se destina e a finalidade do gasto em termos de programas e projetos. Uma parte dos recursos será destinada à compra de equipamentos de laboratório de alta tecnologia, outra à contratação de pesquisadores por tempo determinado para atuação em projetos específicos, e uma terceira parcela ao custeio de bolsas de pesquisa para alunos de pós-graduação.

Considerando as classificações orçamentárias e a estrutura programática no orçamento público brasileiro, assinale a alternativa que apresenta, na sequência correta, as classificações aplicáveis a esses diferentes tipos de despesas.

- (A) Despesa de Custeio; Despesa de Capital e Transferência Corrente
- (B) Despesa de Capital; Despesa Corrente e Transferência de Capital para investimentos.
- (C) Investimento; Inversão Financeira e Auxílio governamental direto.
- (D) Despesa de Capital; Despesa de Capital e Despesa Corrente.
- (E) Despesa de Capital; Despesa Corrente e Transferência Corrente.

**QUESTÃO 60**

Um município está elaborando sua Lei Orçamentária Anual (LOA) para o próximo exercício. Em um dos anexos da proposta orçamentária, a equipe técnica decide apresentar um consolidado das despesas por órgão, sem, contudo, detalhar o que cada órgão gastará em termos de investimentos, custeio ou pagamento de pessoal, justificando que a plenitude do detalhamento tornaria o documento excessivamente extenso. Além disso, para fins de simplificação, a proposta não discrimina a totalidade das receitas previstas, apresentando apenas um montante global da arrecadação esperada. Essa abordagem é criticada por um grupo de vereadores, que alegam que tal estrutura dificulta a fiscalização e a compreensão pública do orçamento. Diante dos princípios orçamentários aplicáveis à Lei Orçamentária Anual, assinale a alternativa que apresenta os princípios violados pela forma de apresentação do orçamento municipal.

- (A) Princípio da Universalidade e Princípio da Anualidade.
- (B) Princípio da Universalidade e Princípio da Discriminação (ou Detalhamento).
- (C) Princípio da Exclusividade e Princípio da Transparência.
- (D) Princípio da Unidade e Princípio da Publicidade.
- (E) Princípio da Totalidade e Princípio da Especialização.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **15 linhas** será desconsiderado. **Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo correspondente à questão.**
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

### QUESTÃO 1

A contabilidade, em sua essência, é a linguagem dos negócios e da gestão pública. No cenário globalizado e de crescente demanda por transparência e *accountability*, a fidedignidade da informação contábil não é apenas uma exigência legal ou uma formalidade. A convergência às normas internacionais, sejam IFRS ou IPSAS, representa um passo fundamental nessa direção.

Fonte: Adaptado de: Martins, E., Gelbcke, E. R., Santos, A., & Iudícibus, S. (2018). **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. Atlas.**

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

#### **A mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos no setor público e privado no Brasil: convergências e divergências conceituais e normativas.**

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, e de maneira sucinta, os seguintes aspectos:

- a) A base conceitual e normativa para o reconhecimento de ativos e passivos no setor privado, com destaque para as provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. **(1,30 ponto)**
- b) A base conceitual e normativa para o reconhecimento de ativos e passivos no setor público, com destaque para as provisões e passivos contingentes, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). **(1,30 ponto)**
- c) As principais convergências e divergências na mensuração e no reconhecimento de ativos e passivos entre os setores público e privado, com ênfase nas implicações para a transparência e a fidedignidade da informação contábil. **(1,40 pontos)**

### QUESTÃO 2

A evolução da contabilidade no Brasil busca convergência (IFRS/IPSAS), mas diferenças na natureza dos setores público e privado geram complexidades na mensuração e reconhecimento de ativos e passivos. Conceitos como provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ilustram os desafios na fidedignidade das demonstrações financeiras.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

#### **O sistema de planejamento e orçamento no Brasil: A articulação e funções do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).**

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, e de maneira sucinta, os seguintes aspectos:

- a) A natureza e a finalidade do Plano Plurianual (PPA) no sistema orçamentário brasileiro. **(1,30 ponto)**
- b) O papel da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) como instrumento de ligação. **(1,30 ponto)**
- c) A função da Lei Orçamentária Anual (LOA) e a forma como os três instrumentos se articulam para garantir a coerência do planejamento e da execução. **(1,40 ponto)**

**RASCUNHO PARA A QUESTÃO 1**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	<b>RASCUNHO</b>
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

**RASCUNHO PARA A QUESTÃO 2**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	<b>RASCUNHO</b>
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



**ACOMPANHE O IBEST  
NAS REDES SOCIAIS**



**institutoibest**



**institutoibest**



**institutoibest**